

ST07

PRÁTICAS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO NA AMÉRICA LATINA: DIÁLOGOS ENTRE O TRANSNACIONAL E O NACIONAL NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Coordenadoras:
Stella Contijo
Taciana Garrido

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG



A Instrução Pública de Domingo Faustino Sarmiento: o inspetor como meio para a civilização? (1849-1874)

Caroline Pin da Costa

Mestranda em História

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

caroline.p.costa@unesp.br

Resumo: O presente trabalho, proveniente do projeto de mestrado “A Instrução Pública de Domingo Faustino Sarmiento: projeto de nação e civilização (1849-1874)”, baseia-se na análise documental da fonte primária *De la educación popular* (1849), observando a relevância do papel político concedido à educação pública no desenvolvimento de uma nação civilizada. Com o objetivo de evidenciar o modelo de inspeção pensado por Sarmiento, o trabalho desenvolve-se a partir da formulação do inspetor como meio de legitimação do controle do Estado no ambiente escolar. Tendo como base o horizonte metodológico da História dos Intelectuais, a atual pesquisa busca compreender a figura de Sarmiento enquanto intelectual no contexto de ressignificação de uma identidade argentina. Dessa maneira, ao investigar Sarmiento em seu papel de intelectual-cidadão, procura-se refletir sobre como a sua proposta de educação pública apresenta-se como um instrumento civilizatório na elaboração de um projeto de alcance nacional.

Palavras-chave: Atuação intelectual; instrução pública; inspetor.

Conhecendo Sarmiento

A América Latina do século XIX caracterizou-se por um cenário marcado por constantes oscilações políticas, econômicas e sociais. Fortemente definida por sua particularidade de ambiguidade, a conjuntura latino-americana molda-se por meio dos processos de independência e da necessidade de ressignificação de um espaço nacional. O intelectual latino apresenta-se quase como uma consequência do contexto enfrentado no continente, preocupando-se com os meios para estabelecer a América Latina como um espaço cultural e político (AGGIO, 2015). A atuação intelectual latino-americana diferencia-se pelo seu envolvimento com as paixões políticas (BENDA, 1999), tendo participação direta, ou por influência, nas medidas governamentais realizadas pelo aparelho estatal. Ao revelar seu caráter de intelectual-cidadão e sua preocupação com as demandas enfrentadas pela sociedade, a atividade intelectual desenvolve-se em sua dupla

função: a de consolidação e legitimação do nascente Estado; e a de formação da identidade nacional, com um ideal de nação (SÁ, 2012).

Domingo Faustino Sarmiento, nascido em 1811, na província de San Juan, preocupa-se desde muito cedo com o destino da nação argentina. Sua preocupação com a estruturação de uma instrução pública pode ser explicada pelas circunstâncias divergentes que dificultaram a sua própria educação. Com um acesso limitado a uma educação formal, Sarmiento enfrenta um cenário político de lutas civis, influenciando diretamente a sua produção intelectual inicial.

Ele (Sarmiento) ressalta com orgulho ter aprendido a ler sozinho e muito pequeno, associando sua condição de autodidata a alguns fatais acontecimentos históricos – nos quais os federalistas tiveram sempre um papel negativo relevante – que impediram a continuidade de seus estudos. [...] Desta maneira, e diferentemente da maioria dos membros da geração romântica, Sarmiento não teve sua formação gestada no seio das instituições educativas rivadavianas, no Colégio de Ciências Morales primeiro, e na Universidade de Buenos Aires depois. Sarmiento viveu como uma marca de bastardia intelectual essa exclusão do círculo dessa maioria privilegiada cujos títulos estavam tão valorizados (SÁ, 2012, p. 29).

Representado como um homem de seu tempo, Sarmiento estabelece seu lugar no cenário intelectual com a publicação de *Facundo: civilização e barbárie* (1845), apresentando a dicotomia civilização ou barbárie como meio de interpretação do processo histórico que acontecia na Argentina. O intelectual, como engajador na produção e reprodução de imaginários coletivos, em relação indissociável com a conjuntura histórica, tem como objetivo a legitimação de sua atuação, encontrada na aprovação de seu discurso por determinados grupos sociais. Atores da transformação social, os intelectuais assumem a responsabilidade da formação da opinião pública, em associação com o aparato estatal (AGGIO, 2015). Dessa maneira, Sarmiento com seu *Facundo*, procurava não apenas apresentar os conceitos chaves de seu pensamento intelectual, como também refletir sobre a realidade argentina, em particular, ao cenário do governo federalista de Rosas.

Nele, a dicotomia civilização/barbárie é apresentada como sua principal linha de argumentação, em uma tentativa original de aplicar diversas teorias políticas ao entendimento da realidade histórica em que vivia, compreendendo uma verdadeira viagem ao interior daquela nascente nação. Os personagens aparecem classificados em dois elementos em luta – a cidade e o campo – que se sentem e sofrem como arquétipos humanos que assumem os nomes de Bernardino Rivadavia, Facundo Quiroga ou Juan Manuel de Rosas. Cada um desses personagens manifesta sua força ou deixa sua visão utópica amoldar-se a um cenário no qual várias cidades aparecem em sucessão: a cidade aristocrática dos tempos coloniais; a cidade da independência, que se tornou a cidade unitária; a cidade de Rosas, sede da tirania urbana; e, no horizonte, a possível

cidade de uma república consolidada que iria emergir com a derrota do despotismo (SÁ, 2012, p. 64)

A civilização almejada pela instalação de uma república apresenta-se acompanhada do ideal de progresso, com o fator econômico das colônias libertas ainda dependente da antiga metrópole. Tendo a experiência econômica dos países europeus como norte orientador, a consolidação de um Estado argentino fundamentava-se em um imaginário desenvolvimentista, em que o progresso aparece como etapa fundamental para a civilização, de forma que “a articulação de interesses econômicos e o desenvolvimento das forças produtivas tornaram-se, assim, componentes materiais indispensáveis da nacionalidade. O progresso tornou-se a ideia unificadora da sociedade, o próprio fundamento da nacionalidade” (OSZLAK, 1979, p. 04, tradução nossa¹). Dessa maneira, para alcançar o progresso, o Estado em construção, precisa instituir uma condição de ordem, analisando meios e modos de centralizar o seu poder: “A intervenção do Estado não se limitou apenas a medidas de desenvolvimento econômico, mas consistiu principalmente na busca pela unidade e homogeneidade nacional dentro do espaço econômico definido em âmbito nacional” (SAUTER, 1993, p. 03, tradução nossa²).

A educação política de Sarmiento

Com a conquista da libertação do domínio colonial, a América Latina encontra-se em uma posição de reestruturação e ressignificação. No caso da Argentina, a reformulação de suas instituições esteve em relação direta com a constituição de um Estado e uma identidade verdadeiramente nacional. A definição da educação enquanto instituição torna-se uma questão nos discursos intelectuais, como no de Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi. Apesar de ambos pertencerem à geração de 37, integrando uma mesma rede intelectual de sociabilidade (MOLINA, 2011), seus discursos diferem quanto à função e importância da educação. Enquanto para Alberdi, a educação aparece como elemento irrelevante para o desenvolvimento argentino, servindo apenas como acessório em uma cultura baseada no trabalho – este sendo o responsável pela formação de um bom cidadão –; para Sarmiento, a educação é o principal caminho para a modernização da nação argentina.

¹ Do original: “La articulación, de intereses económicos y el desarrollo de las fuerzas productivas se erigían de este modo en indispensables componentes materiales de la nacionalidad. El progreso se constituía en idea integradora de la sociedad, en fundamento mismo de la nacionalidad”.

² Do original: “La intervención del Estado no se limitó únicamente a medidas de fomento económico, sino que fue primordialmente una búsqueda de unidad nacional y homogeneidad del espacio económico acotado nacionalmente”.

Sarmiento acreditava ser possível que a implementação da pedagogia gerasse a constituição de novos sujeitos sociais e de novas políticas. Professores e alunos, unidos na educação básica por uma relação de instrução, construiriam um sujeito pedagógico capaz de transformar os costumes e o estilo de vida dos argentinos. (DUARTE, 2018, p. 41, tradução nossa³).

Dessa maneira, a educação para Sarmiento apresenta-se como caminho para a civilização, recurso necessário para o desenvolvimento econômico – indivíduos aptos ao trabalho – e político – cidadão apto intelectualmente – do Estado promissor. Sarmiento, segundo Tedesco (1982), via uma dupla tarefa na educação: ao mesmo tempo que serviria como instrumento para a formação de trabalhadores qualificados, também se encarregaria de assegurar a estabilidade política. A economia e a política estavam de tal maneira ligadas à concepção da educação como meio civilizatório, que, por meio da estabilidade política, se teria a certeza de que as funções produtivas estão sendo desempenhadas corretamente, fazendo possível o progresso econômico.

O pensamento educacional de Sarmiento apresenta-se em sua obra *De la educación popular*'' (1849), sendo uma de suas poucas produções a dissertar sobre a estruturação de uma educação pública. A pouca relevância dada ao projeto perto de outras obras de Sarmiento, como é o caso de *Facundo* (1845), indica por si só, a importância da fonte como estudo no presente trabalho. O recorte temporal da presente investigação inicia-se com a publicação do plano pedagógico sarmientista até o final de sua atuação como Presidente da República.

Mesmo em um período de contínuas transformações políticas, Sarmiento, estando exilado no Chile, segue com uma participação ativa no campo educacional, ocupando lugar na Universidade do Chile e na Escola Normal de Santiago. *De la educación popular* é produzida por Sarmiento por meio de seus informes das viagens que realizou na Europa e nos Estados Unidos, mediante o pedido dirigido ao ministro da Instrução Pública, Manuel Montt. Passando pela França, Prússia, Inglaterra e Holanda; nos Estados Unidos, pelos estados de Nova Iorque e Massachusetts, Sarmiento tem como objetivo conhecer e investigar os sistemas educacionais, a fim de usá-los como modelo no país argentino. Ao observar o modo de funcionamento de diversas instituições escolares, Sarmiento organiza o seu plano pedagógico em quatro capítulos. O primeiro, acerca do financiamento e responsabilidade do Estado com a educação; o segundo, sobre o papel dos inspetores no ambiente escolar; o terceiro, acerca da educação para mulheres e meninas; e o quarto, a respeito da figura do docente dentro da configuração educacional. No

³ Do original: "Sarmiento creyó posible que la implantación pedagógica generaría la constitución de nuevos sujetos sociales y de nuevas políticas. Maestros y alumnos vinculados en la educación básica por una relación de instrucción, construirían un sujeto pedagógico capaz de transformar las costumbres y el estilo de vida de los argentinos".

presente artigo, a temática trabalhada concentra-se no segundo capítulo, a fim de analisar a relevância da figura do inspetor para o bom funcionamento de um sistema educacional ainda em construção.

Com o intuito de compreender o papel da inspeção na constituição de uma educação nacional, é necessário atentar-se à atuação do Estado nos assuntos educacionais. A educação, ao associar-se com o Estado, atrela-se ao elemento público e passa a se caracterizar como um fenômeno coletivo, responsável por atender as demandas de uma totalidade social; sendo assim, “quando se educa uma criança, a educação que se ministra não a prepara apenas para seu benefício pessoal, mas sim a capacita a servir uma determinada forma de coletividade” (FIGUEROA, 1977, p. 48, tradução nossa⁴). A formação de uma coletividade significa para o Estado a composição de um ideal de unidade nacional, em que o Estado ocupa o lugar e a responsabilidade de presidir e dirigir a educação (SARMIENTO, 1849). Dessa maneira, a educação com sua função política, adapta-se à direção cultural e ideológica daqueles que comandam o Estado; no caso argentino, o Estado oligárquico: “Essa característica – a de estar destinado a perpetuar as funções de liderança da sociedade dentro de uma elite – é o que nos permite falar da educação argentina do século XIX como uma educação oligárquica” (TEDESCO, 1982, p. 165, tradução nossa⁵).

A unidade nacional alcançada pelo Estado argentino do século XIX consolidava-se com base nos interesses oligárquicos, em uma cultura exportadora marcada pela falta de um mercado interno. A elite oligárquica dominante, mesmo que marcada por uma lógica econômica liberal advinda das relações com os países dominantes – aqueles com os quais o negócio era feito –, mantinha a exclusão política da maior parte da sociedade, utilizando-se da educação como transporte da identidade nacional com o objetivo de uma homogeneização cultural.

Os ensinamentos patrióticos e cívicos desempenharam precisamente o papel de apoiar a construção da legitimidade e a cristalização dos fermentos da identidade coletiva. De especial interesse neste contexto é a formulação do conceito de pátria, que acabou por ser identificado com a nação (SAUTER, 1993, p. 10, tradução nossa⁶).

⁴ Do original: “Cuando se educa un niño la educación que se le suministra no le prepara únicamente para su beneficio personal, sino que recibe una capacitación para servir en una determinada forma a la colectividad”.

⁵ Do original: “Esta característica –la de estar destinada a perpetuar en una élite las funciones directivas de la sociedad– es la que permite hablar de la educación argentina del siglo XIX como de una educación oligárquica”.

⁶ Do original: “Las enseñanzas de corte patriótico y cívico jugaron precisamente el papel de apoyar la construcción de una legitimidad y la cristalización de fermentos de identidad colectiva. De especial interés es este contexto la formulación del concepto de patria, que en última instancia se identificó con la nación”.

Dessa forma, a educação afirma-se como uma medida de controle social por parte das elites dominantes, carregando uma lógica produtiva e desenvolvimentista. A associação da educação com o nacional é muito presente em todo o pensamento sarmientista, que, além de atribuir a obrigação pela distribuição da instrução ao Estado, também a coloca como receptora dos valores nacionais propagados pela classe oligárquica. Tendo em vista o projeto de instrução pública e a sua relação intrínseca com o progresso do país, Sarmiento destaca o ensino primário e o combate à alfabetização como as principais etapas educativas necessárias para o desenvolvimento produtivo do cidadão. Por conseguinte, nota-se a relevância de compreender a figura de Sarmiento e como suas propostas caracterizam-se como pragmáticas dentro de seu contexto histórico, levando em consideração seu combate com Rosas e o apoio fornecido à oligarquia com a promessa da construção de um Estado nacional.

A imagem sarmientista do inspetor

Em um Estado ainda em processo de consolidação, a figura do inspetor manifesta-se como uma possível resposta para o equilíbrio na relação entre educação e política. Em Sarmiento (1845), o inspetor destaca-se como uma “autoridade especial”, possuindo as “luzes profissionais”. Representados como agentes dotados da razão – influência direta do racionalismo iluminista –, o que os legitima como aqueles que podem exercer essa função tão ilustre necessária para o progresso da educação, os inspetores e suas responsabilidades são o destaque do segundo capítulo de *De la educación popular*. A inspeção mostra-se como um caminho para a estabilização de uma instrução pública por meio do elemento da vigilância, que precisa ser sentida a cada instante, sendo a inspeção diária. Mais que isso, a inspeção deve ser algo desejado pelas instituições educacionais, pois apenas através dela haverá o bom funcionamento e o progresso da instrução primária. Colocados como parte do corpo administrativo do Estado, os inspetores possuem uma dupla função de vigilância: ao mesmo tempo que são os responsáveis por carregar as diretrizes nacionais para os espaços educativos, também se responsabilizam por garantir que o Estado cumpre com suas obrigações perante à instrução primária.

Adquire a obrigação de inspecionar o Estado desde o momento em que se reconhece obrigado a cuidar de que todos os seus membros recebam na infância aquela parte da educação, que é indispensável, ao menos, para que o homem deixe o estado de natureza e esteja apto, por meio da aquisição de

conhecimentos rudimentares, a cultivar sua inteligência e satisfazer as necessidades da vida civilizada (SARMIENTO, 1849, p. 50, tradução nossa⁷).

Para ocupar uma posição privilegiada enquanto inspetor, era necessário deter um conhecimento habilitado para conseguir exercer suas funções independentemente das influências. Responsáveis por manter uma alta moralidade, os inspetores também se encarregavam da averiguação da conduta do professor; essa podendo ser feita com base em como o aluno se comportava.

A missão do inspetor não era mais meramente controlar, mas tornar-se um exemplo para os demais professores, personificando a moral administrativa defendida e prometida por Sarmiento, sendo também considerado um intelectual que abraçava a causa da educação. Assim, ele propôs que o inspetor possuísse as características tanto de um funcionário público qualificado quanto de um empregado do Estado (SOUTHWELL, p. 05, 2011, tradução nossa⁸).

A despeito da obrigatoriedade do Estado em fornecer uma instrução primária, Sarmiento também destaca a importância da participação dos pais e da comunidade local na constituição de uma educação pública. Ao conhecer como funcionam as instituições educacionais nos Estados Unidos, o intelectual observa a diferença essencial entre os estados de Nova Iorque e Massachusetts: um com um sistema educacional dividido em distritos, e o outro com um sistema único. A divisão em distritos permite uma maior organização das escolas e uma maior intervenção do Estado por meio dos inspetores. Apesar da vinculação com as diretrizes nacionais, os inspetores de Nova Iorque eram escolhidos pela comunidade, revelando, assim, uma característica de ambiguidade do ofício. Com grande admiração pelo modelo estadunidense, Sarmiento contempla os meios para replicá-lo no território argentino, tendo em vista a dificuldade da participação da comunidade local nos assuntos educacionais.

Os sistemas de financiamento analisados por Sarmiento forneceram uma base para se considerar a distribuição de responsabilidades entre o Estado e a comunidade local imediata de cada escola. Sua preocupação com o fato de a comunidade valorizar o papel da escola o levou a defender a necessidade de que o financiamento da educação atendesse à disposição da comunidade local em reforçar os recursos alocados pelo Estado para a manutenção das escolas. Simultaneamente, isso deveria permitir que cada comunidade expressasse suas

⁷ Do original: “Adquiere la obligación de inspeccionar el Estado desde el momento en que se reconoce obligado a cuidar de que todos sus miembros reciban en la infancia aquella parte de educación, que es indispensable por lo menos para que el hombre salga del estado de naturaleza y se halle apto por la adquisición de los conocimientos rudimentales para cultivar su inteligencia, y satisfacer a las necesidades de la vida civilizada”.

⁸ Do original: “La misión del inspector ya no era sólo controlar sino convertirse en ejemplo del resto de los maestros, haciendo gala de esa moralidad administrativa sostenida y prometida por Sarmiento, pero también considerándolo como un intelectual que abrazó la causa escolarista. De este modo propone que el inspector deberá poseer las características de un funcionario experto así como de un empleado del Estado”.

demandas em relação ao sistema escolar (SOUTHWELL, 2011, p. 03, tradução nossa⁹).

Dessa forma, o projeto pedagógico de Sarmiento previa a distribuição das instituições escolares em províncias, com uma educação assegurada pelo Estado, mas também financiada pela comunidade local. Em uma tentativa de valorização das escolas, a divisão nas províncias deveria causar uma maior aproximação do corpo social ali presente, fazendo com que o envolvimento com os assuntos educacionais aumentasse. Com a maior proximidade, o interesse por parte da comunidade culminaria também como uma medida para que haja mais financiamento, com a vontade do corpo social em preservar e avançar com a educação que estava sendo dada para seus filhos.

No modelo de sarmientino, o financiamento refletia a distribuição de direitos, responsabilidades e obrigações entre o nível do Estado, o nível do município ou da comunidade local e o nível indivíduo. Os três deveriam estar envolvidos na manutenção das escolas: o Estado (nacional ou provincial) garantiria que todas as crianças entre 4 e 16 anos recebessem a escolaridade mínima necessária para o seu desenvolvimento como sujeitos políticos e produtores; o nível local (município, comunidade) asseguraria que a renda necessária para a manutenção das escolas viesse dos contribuintes que se beneficiavam da educação pública; finalmente, o financiamento permitiria que aqueles convencidos dos benefícios da educação aumentassem suas contribuições, melhorando assim as condições em que a escolaridade de seus filhos ocorria (LEGARRALDE, 2007, p. 63, tradução nossa¹⁰).

Tendo em mente o caráter pragmático do projeto de instrução pública de Sarmiento, torna-se relevante a sua associação com o contexto argentino de constituição de um sistema educacional. Após a saída de Rosas do comando do país, a peculiaridade da relação entre política e atuação intelectual intensifica-se pelo envolvimento em torno das questões acerca da construção de uma nova nação. Com a grande participação intelectual na esfera política, a geração de 37 destaca-se por sua influência na concepção da Constituição de 1853. Apesar de fortemente

⁹ Do original: “Los sistemas de financiamiento que Sarmiento analizó dieron pie para pensar la distribución de responsabilidades entre el Estado y la comunidad local inmediata de cada escuela. Su preocupación porque la comunidad valorase el papel de la escuela lo llevó a sostener la necesidad de que el financiamiento educativo hiciera lugar a la voluntad de la comunidad local de reforzar los recursos destinados por el Estado para el sostenimiento de las escuelas. Concurrentemente, esto debía dar lugar a que cada comunidad pudiera expresar sus demandas en relación con el sistema escolar”.

¹⁰ Do original: “En el modelo sarmientino, el financiamiento expresaba la distribución de derechos, responsabilidades y obligaciones entre el nivel del Estado, el nivel del municipio o la comunidad local y el nivel individual. Los tres debían tener intervención en el sostenimiento de las escuelas: el Estado (nacional o provincial) garantizaría que todos los niños entre 4 y 16 años recibieran un mínimo de escolarización requerido para su formación como sujeto político y productor; el nivel local (municipio, comunidad) debía garantizar que la renta necesaria para el sostenimiento de las escuelas recayese sobre los contribuyentes que se beneficiaban de la instrucción pública; por último, el financiamiento debía habilitar que quienes estuvieran convencidos de los beneficios de la educación pudieran incrementar sus aportes, de manera de mejorar las condiciones en las que se producía la escolarización de sus hijos”.

inspirada na obra *“Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”* (1852) de Alberti, a Constituição diferencia-se do imaginário do intelectual ao abordar a importância da educação como direito civil. A Constituição pregava a distribuição das responsabilidades sobre a instrução pública entre o Estado nacional e os estados provinciais, dando foco para o ensino primário. Com as províncias agora ocupando o ofício de fornecer o direito ao ensino, as relações entre local e nacional passam a se modificar, criando tensões no que diz respeito à estruturação do corpo burocrático educativo (LEGARRALDE, 2007). Ao mesmo tempo que a consolidação do Estado e da educação mantiveram-se em uma relação intrínseca de dependência, a organização do próprio sistema educacional carecia de instituições que o legitimassem. Os inspetores, retornando ao cenário, mostram-se como alternativa para a demanda de fortalecimento do sistema de regulamentação das instituições educativas.

Dessa forma, a partilha da sustentação do ensino primário, agora nas mãos dos estados provinciais, torna-se elemento de pressão para o Estado nacional, que passa a precisar de meios de intervenção e controle nas comunidades locais. O inspetor, além de ser uma ferramenta de legitimação da educação, também funciona como instrumento de veiculação das ordens do nacional para o local, fazendo com que “a estruturação inicial das burocracias educacionais, sejam elas nacionais ou provinciais, foi moldada por trajetórias educacionais que dependiam de decisões concentradas no nível nacional” (LEGARRALDE, 2007, p. 54, tradução nossa¹¹). Assim, torna-se inegável a relevância sarmientista nas questões referentes à inspeção e à participação do corpo social local na educação, com o caráter da vigilância em voga.

A influência de Sarmiento nas instituições escolares e na relação entre local e nacional é percebida novamente durante sua presidência, com a Lei de Subvenções (Lei nº 463), sancionada em 1871. A Lei de Subvenções previa a autorização para o envio de financiamentos por parte do Estado nacional aos estados provinciais. Dessa maneira, seria necessária a criação de comissões provinciais, cujo objetivo seria administrar os recursos recebidos e direcionar os inspetores nacionais nos espaços locais. Assim, mesmo com a subvenção vindo do Estado – em uma tentativa disfarçada de controle –, as províncias mostraram-se determinadas a participar das decisões educacionais. Entretanto, com o Decreto do Poder Executivo Nacional de 20 de fevereiro de 1879, o Estado retoma sua óptica de controle com a atribuição de uma inspeção nacional, organizada pelos mesmos, nas escolas primárias das províncias. Mesmo deslocando-me

¹¹ Do original: “La estructuración inicial de las burocracias educativas, fueran estas nacionales o provinciales, estuvo matriciada por trayectorias educativas que dependían de decisiones concentradas en el orden nacional”.

para um período que está além do recorte temporal aqui apresentado, é possível perceber como o Decreto mostra-se como uma medida de supervisão do financiamento recebido pelos estados provinciais devido à Lei de Subvenções.

Considerações finais

O plano pedagógico discutido no presente trabalho, apresenta-se como parte da atuação intelectual de Sarmiento, em relação com sua atividade política. Em associação intrínseca com o contexto histórico argentino e a tentativa de consolidação de um Estado nacional, a instrução pública mostra-se como ferramenta de legitimação. Caracterizada como elemento modernizador, a educação seria o caminho para o desenvolvimento de uma nação civilizada. Sarmiento, em sua posição de intelectual-cidadão, preocupa-se com a estruturação de uma educação pública, dissertando sobre a importância do papel do inspetor no estabelecimento de um sistema educativo.

Na abordagem de Sarmiento, portanto, coexistia um modelo de governo e administração do sistema escolar segundo o qual a escola criava sua comunidade local, era governada e sustentada com a participação dessa mesma comunidade e era controlada e inspecionada na área de conhecimentos e práticas pedagógicas específicas por um corpo de inspetores encarregado de disseminar as políticas do Estado (LEGARRALDE, 2007, p. 54, tradução nossa¹²).

A sistematização do modelo educacional decorreu da atuação do inspetor, no equilíbrio entre o local e nacional. Encarregado de transmitir os valores cívicos do Estado em formação, com o objetivo de um controle estatal nas províncias, a inspeção baseia-se na vigilância como principal meio de elevação da moral. Dessa maneira, os inspetores caracterizam-se para além da tarefa de legitimação de uma instrução pública, ocupando um papel de destaque na missão de construção de uma identidade nacional, verdadeiramente argentina.

¹² Do original: “En el planteo de Sarmiento, entonces, convivían un modelo de gobierno y administración del sistema escolar según el cual la escuela creaba su comunidad local, era gobernada y sostenida con la participación de esta misma comunidad, y controlada e inspeccionada en el ámbito de los saberes y prácticas pedagógicas específicas por un cuerpo de inspectores encargados de capilarizar las políticas de Estado”.

Referências bibliográficas:

- AGGIO, Alberto. Os intelectuais e as representações da identidade latino-americana. In: Um lugar no mundo: estudos de história política latino-americana. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2015.
- BENDA, Julien. A traição dos intelectuais. In: Elide Rugai Bastos e Walquiria D. Leão Rêgo (Org). Intelectuais e política: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- DUARTE, Oscar Daniel. Sarmiento, Alberdi, la educación y las tareas inconclusas. In: El Estado y la educación: economía y política en los orígenes del sistema educativo argentino. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: UNIPE: Editorial Universitaria, 2018.
- FIGUEROA, Luis Beltrán Prieto. El Estado y la educación en América Latina. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia. 1977.
- LEGARRALDE, Martín. La formación de la burocracia educativa en la Argentina (1871 - 1910). Tesis de maestría- FLACSO Argentina, Buenos Aires. 2007.
- MOLINA, Eugenia. Sociabilidad y redes político-intelectuales: Algunos casos entre 1800 y 1852. 2011. Mendoza: Cuadernos CILHA vol. 12 no.1. 2011.
- OSZLAK, Oscar. La formación del estado argentino. Editorial de Belgrano. Buenos Aires. 1985.
- SÁ, Maria Elisa Noronha de. Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. De la educación popular. Santiago: Imp. de Julio Belin y Cía., 1849.
- SAUTER, Gabriela Ossenbach. Estado y Educación en América Latina a partir de su independencia (siglos XIX y XX). Revista Iberoamericana de Educación, Número 1 - Estado y Educación. 1993.
- SOUTHWELL, Myriam; MANZIONE, María Ana. Elevo a la superioridad: Un estado de la cuestión sobre la historia de los inspectores en Argentina. Revista Historia de la educación, anuario, vol. 12, no.1. Buenos Aires, 2011.
- TEDESCO, Juan Carlos. Educación y sociedad en la Argentina, 1880 – 1916, Capítulo, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires. 1982.